



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



MPRS

Ministério Público
do Rio Grande do Sul

ESCOLAS E VIOLÊNCIAS: PRECISAMOS FALAR SOBRE ISSO

SUBSÍDIO ÀS ESCOLAS E ÀS REDES INTERSETORIAIS

Coordenação geral:

Luciana Cano Casarotto, promotora de Justiça,
Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância,
Juventude, Educação, Família e Sucessões - CAOIJEFAM

Elaboração gráfica e texto:

Silvia da Silva Tejadas, assistente social, CRESS 3646/10^a Região,
assessora técnica do CAOIJEFAM (analista em Serviço Social),
Doutora em Serviço Social

Porto Alegre/RS, abril de 2023.

Apresentação



O momento presente nos convida à atuação coletiva frente aos recentes eventos críticos em escolas brasileiras. Esse quadro tem como consequência profundas tensões no ambiente escolar, elevando a inquietação e a preocupação de gestores de rede, direções, professores, profissionais da educação, crianças, adolescentes, famílias e comunidades em geral.

As violências que tomam os noticiários guardam relação com múltiplas dimensões e revelam que as escolas são termômetros ou caixas de ressonância da sociedade. Nesse quadro, junto a eventuais medidas de segurança, é preciso observar a tarefa primordial da escola, que é o ensino-aprendizagem efetivado em ambiente de convívio, alteridade e autonomia.

Nossas ações precisam dialogar com esse pressuposto, uma vez que a contenção da violência requer o fortalecimento da escola como espaço protetivo e de convivência respeitosa.

Nesse cenário, a grandiosidade do desafio inspira à ação coletiva e solidária. Sem a pretensão de alcançar soluções apressadas diante de tanta complexidade, este material foi pensado com a intenção de contribuir com linhas singelas de atuação fundamentadas em estudos sobre o tema. Estas linhas, reconhecidas as singularidades dos territórios gaúchos, podem contribuir para mitigar as violências e promover a convivência pacífica nesse momento de crise.

Linhas de atuação sugeridas

Considerando os desafios postos a todos os segmentos que interatuam na Educação, a seguir são sugeridas algumas estratégias de ação, as quais tem por base os seguintes fundamentos:

- **Diálogo** como base para as relações dentro da escola e fora dela;
- Uso da **palavra** como meio de expressão de sentimentos, percepções e projetos;
- **Fortalecimento de grupos e coletivos** dentro da escola, como base na gestão democrática e na corresponsabilidade pelas decisões;
- Reconhecimento de que as **situações de crise imobilizam** e geram sentimento de impotência e, até mesmo, de onipotência, sendo necessário ativar as construções coletivas, pois se tem em mira eventos sociais muito complexos, para os quais uma pessoa, uma instituição ou uma comunidade não terá solução isoladamente.

A partir disso, vamos:

Com calma:

Falar sobre o que acontece, hoje, nas escolas;

Dialogar de modo organizado e participativo;

Dar voz a todos/as;

Permitir a expressão dos sentimentos e percepções das direções aos estudantes, das crianças pequenas aos/as adolescentes.

Iniciando pelas Direções

As mantenedoras municipais, estadual e privadas, com o apoio das equipes interdisciplinares, têm papel muito relevante, de criar momentos de diálogo com as direções e coordenações pedagógicas, para ouvir suas necessidades e sentimentos nesse momento. A partir da escuta atenta, construir com eles/as as linhas de atuação, primando pelos valores do diálogo, do respeito, da participação, dentro dos marcos estabelecidos pela Constituição Federal brasileira.

Direções ouvidas e orientadas terão melhores condições para fazer o mesmo com seus professores, profissionais da educação, estudantes e famílias.

Chegando nos professores e demais profissionais da educação

Os/as professores/as, especialmente, estão em contato cotidiano com os/as estudantes e precisam ser orientados, pelas suas direções e equipes de assessoria, a como agir com as crianças e adolescentes. Para isso, é essencial falar de seus medos e inseguranças em ambiente protegido, preparando as suas condições pessoais para conduzir, com os/as estudantes, diálogos sobre o presente contexto. Para tanto, sugere-se, de imediato, às direções/coordenações pedagógicas/assessorias interdisciplinares a organização de rodas de conversa, círculos de construção de paz ou outras estratégias seguras de expressão.

Nesse caso, fundamental avaliar se há situações, entre os profissionais, de sofrimento psíquico que necessitem de cuidados específicos da área da saúde, reconhecendo-as e encaminhando o cuidado adequado.

Professores/as apoiados/as terão condições mais adequadas de conduzir espaços de diálogo seguro com os/as estudantes.

E com os estudantes?

Mensagens em grupos de whatsapp e outras redes sociais, e a insegurança dos pais ou responsáveis podem gerar instabilidade emocional entre crianças e adolescentes. Certamente, os professores estão sendo indagados em sala de aula pelos/as estudantes.

Quando não abordamos tais assuntos em espaço seguro para a fala e o respeito, abrimos mão de permitir o extravazamento de sentimentos e vivências que podem tomar corpo em atos de violência ou adoecimento mental.

POR ISSO, SUGERE-SE A ORGANIZAÇÃO DE MOMENTOS DE ACOLHIMENTO SISTEMÁTICOS COM OS ALUNOS, PARA OUVI-LOS, PERMITINDO A CIRCULAÇÃO DA PALAVRA, O RESPEITO A OPINIÃO DE CADA UM/A E A ORIENTAÇÃO ADEQUADA SEMPRE QUE SURGIREM NARRATIVAS DESTOANTES DA REALIDADE OU QUE ENTREM EM CHOQUE COM OS VALORES PRESENTES NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA.

Nesse momento, o professor não precisa ter respostas, mas permitir ambiente de expressão e reflexão crítica, que movimente a todos/as para o cuidado coletivo.

Quando IDENTIFICADAS SITUAÇÕES DE SOFRIMENTO PSÍQUICO DO/A ESTUDANTE, orientar os professores a buscarem o apoio da Direção e equipe multidisciplinar e pedagógica para o acionamento da família e da rede de atenção psicossocial da saúde.

Estudantes ouvidos/as e valorizados/as, partícipes dos combinados e protocolos das escolas, certamente, serão corresponsáveis pelo cuidado mútuo e menos propensos à prática da violência.

Um olhar para as famílias

As famílias também estão em sofrimento, como não poderia deixar de ser. Com a profusão de notícias em redes sociais sobre ataques a escolas e de discursos que podem apregoar soluções simplistas, muitas famílias até mesmo podem cogitar a não enviar seus filhos para as aulas.

Então, a escola torna-se também um ponto de apoio, além de estar no centro dos debates.

Sugere-se que: a) a escola estabeleça um CANAL OFICIAL de contato com as famílias (carta que envie por e-mail ou whatsapp com logomarca da escola) e utilize esse canal sempre que for necessário, a exemplo de fatos concretos surgidos, informando de modo nítido as providências tomadas; b) sejam os familiares orientados a não postar fotos, imagens de violência em escolas nos grupos de whatsapp, pois é comprovado o efeito danoso da reprodução de tais cenas; c) oriente os responsáveis em rodas de conversa, atendimentos individuais e outros, a observarem suas crianças e adolescentes quanto à apologia à violência, contatos com grupos que veiculam ideias extremistas, atenção com acesso a armas de fogo e branca, artefatos explosivos, ideias misóginas e racistas ou de ódio a qualquer grupo social, bem como sobre o uso seguro da internet; d) OFEREÇA AJUDA, SEM JULGAR OU CONDENAR!.

Famílias ouvidas e apoiadas tendem a ser receptivas às orientações da escola.

Sugestões gerais a todos os grupos da escola e da rede

intersetorial:

EVITAR PUBLICIDADE A AUTORES DE VIOLÊNCIA EM ESCOLAS



A divulgação de dados sobre o perpetrador da violência (nome, imagem, biografia) e imagens da tragédia pode servir como gatilho para pessoas vulneráveis à prática de violências, dada a notoriedade do agressor entre seus pares e à repetição de eventos violentos, visto sua suposta competência, que pode servir de modelo.

ZELAR PARA EVITAR ESTIGMATIZAÇÕES



A atenção ao comportamento de determinados/as estudantes, a fim de identificar eventuais envolvimento com grupos ou ideias extremistas, não pode servir para criar estigmas sobre estes. Informações importantes devem ser transmitidas às autoridades competentes pelos canais oficiais, e a escola deve procurar ajuda para a dúvidas que tenha quanto às providências a adotar.

DISCUTIR CRITICAMENTE O AMBIENTE ON-LINE



"Há uma subcultura on-line que glorifica atentados terroristas, massacres, atiradores em massa e violência extrema" associada a teses pseudocientíficas de psicologia e biologia evolutiva que acabam por sustentar preconceitos de todas as ordens, mas em especial de gênero, etnia e religião. (PRADO, 2023). Estas ideias estão sendo veiculadas no Twitter, no TikTok, ente outras redes sociais populares entre crianças e adolescentes.

Contribuições dos profissionais assistentes sociais e psicólogos na Educação

O momento revela a importância do cumprimento integral da Lei 13935/2019, para contratação de psicólogos e assistentes sociais para as redes de ensino em número compatível com seu porte. Tais profissionais possuem atribuições específicas na Política de Educação que estão em fase de delineamento, em conjunto com os demais atores desta Política. Destacam-se, entre as possíveis atribuições, o suporte às equipes diretivas e docentes quanto à qualidade das relações interpessoais na escola; contribuição na construção de processos dialógicos, com educadores, famílias e estudantes, que favoreçam uma cultura inclusiva, de paz e de respeito na escola; na identificação de situações potenciais de violência contra e dentro do ambiente escolar; no planejamento e implementação dos meios de sua prevenção e mitigação; e, por fim, no incremento da articulação intersetorial da política de educação.

Contribuições das redes intersetoriais

O tema das violências contra ou na escola precisa estar na pauta das reuniões da rede intersetorial.



A rede intersetorial tem a potência de constituir um diagnóstico das violências e da situação da juventude no seu município.

TUDO ISSO CONVERGE PARA PLANEJAR A AÇÃO INTERSETORIAL

Olhar o território, conhecer a relação dos jovens com as redes sociais, as influências dos discursos de ódio na localidade.



Quais os dispositivos da rede de atenção psicossocial disponíveis na Saúde: o que falta? Quais as ofertas da Política de Assistência Social para as famílias, crianças e adolescentes?

Quais as necessidades dos jovens em termos de políticas de esporte, cultura, lazer e educação?

As necessidades da juventude, a partir da escuta desta, permitirá o aprofundamento e melhorias de políticas que correspondam a essas necessidades e direitos, com efeitos na redução das violências.



São canais de denúncia para as escolas, para ameaças ou similares:

<http://mj.gov.br/escolasegura> (Ministério da Justiça) ou também a Promotoria de Justiça de seu município, com os canais de atendimento oficiais, inclusive virtual (<https://www.mprs.mp.br>).

Ainda, contate as Polícias de seu município para orientações quanto a procedimentos e canais de acionamento para situações de emergência

(190 - Brigada Militar, para emergências; e 181 - Polícia Civil, para dados e informações sobre fatos criminosos acontecidos ou a acontecer)

Referências

AVANCINI, Marta. Pontos de atenção a recomendações na cobertura de ataques a escolas. JEDUCA. Disponível em <<https://jeduca.org.br/noticia/pontos-de-atencao-e-recomendacoes-na-cobertura-de-ataques-a-escolas>>.

BRASIL. Constituição Federal. 1988.

BRASIL. Lei 9.394/1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

PRADO, Michele. Extremismo violento em ambiente escolar. Monitor do debate político no meio digital. Grupo de políticas públicas para o acesso à informação. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Universidade de São Paulo. 2023. Mimeo.

